



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,**  
**CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E**  
**INFRAESTRUTURA**

Inicialmente, observa-se que o projeto está de acordo com o artigo 30, I, da Constituição Federal e artigo 8, I, da lei orgânica de Rolim de Moura, que trata da competência legislativa dos Municípios:

- Art. 8º. - Compete ao Município:
  - I - Legislar sobre assuntos de interesse local;
  - (...)"

Percebe-se que o inciso I, do artigo 8, da Lei Orgânica Municipal indica que a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local. Segundo Dirley da cunha Júnior, entende-se, por interesse local "*não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo direto.*"

Por sua vez, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma clarividente, que é garantido ao Município:

- "Art. 30. Compete aos Municípios:
  - I - legislar sobre assuntos de interes- se local;
  - II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"

A abertura de crédito adicional especial, se faz necessária quando não há dotação orçamentária suficiente em uma rubrica, como ocorre no presente caso e como se verifica nos artigos 40,41 e 42 da Lei 4.320/64, que "*Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos or- çamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*",

Vejamos :

"Art.40. São créditos adicionais, as autorizações de despesas não



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA  
PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,  
CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E  
INFRAESTRUTURA**

---

**PARECER**

---

PROJETO DE LEI N° 164/2025.  
AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE  
ARRECADAÇÃO DE RECURSOS  
VINCULADOS A RECEITA E AUTORIZA  
ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE  
DOTAÇÃO.

**- RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de R\$ 500.000,00( quinhentos mil reais ) e autoriza a abertura de crédito adicional especial anulação de dotação no valor de R\$91,38(noventa e um reais e trinta e oito centavos).Secretaria Municipal de Saúde- aquisição de equipamentos e material permanente para atender ao Hospital Municipal Amélio João Da Silva.

Os autos vieram com o projeto de lei, acompanhado de justificativa e com encaminhamento à Comissão de Permanente de Constituição Justiça Redação e Cidadania.

É o relatório.

**- FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando-se a redação e a justificativa do projeto, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,**  
**CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E**  
**INFRAESTRUTURA**

computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orcamento.

“Art. 41. Os créditos adicionais classifi- cam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja  
dotação orçamentária específica;

(...)

“Art. 42. Os créditos suplementares e es- peciais serão autorizados  
por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos su- plementares e especiais  
depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à  
despesa e será prece- dida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não  
com- prometidos:

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do  
exercício an- terior;”

Assim , impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados  
pretendem limitar o gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizados na medida  
em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento  
vigente.

O projeto de Lei veio instruído com Memorando nº 295/SEMUSA/2025, o qual motiva  
a necessidade da abertura do crédito ,para atender às necessidades decorrentes do  
desenvolvimento das atividades do hospital municipal João Amelio da Silva em Rolim de  
Moura/RO .

O superavit financeiro por fonte específica de recursos resta evidenciado ,uma vez  
que o extrato bancario juntado demonstra a existencia de valores na conta vinculada em  
31/12/2024, caracterizando assim , o suoveravit financeiro por fonte específica de recursos.

Da mesmo forma , o exesso de arrecadação resta demonstrado , atraves de extrato  
bancario do ano em curso , em que resta comprovado a existencia de rendimentos de  
aplicação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA  
PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,  
CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E  
INFRAESTRUTURA**

O extrato bancario . é o documento hábil a evidenciar a existencia do superavit financeiro e o excesso de arrecadação, efetivamente demonstrado .

O resiquisitos , exposição justificativa, aperfeçoa-se com a juntada do Memorando e dos Ofícios, trazendo a motivação.

**CONCLUSÃO:**

Por todo Exposto considerando o atendimento à diligência e a regularidade da documentação apresentada, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA**

opina pelo PARECER FAVORÁVEL do Projeto de Lei n. 164/2025.

É o parecer, salvo entendimento diverso.

Rolim de moura 10 de novembro de 2025.